



POBRES·SERVOS
DA·DIVINA
PROVIDÊNCIA

Administração Geral

Pobreza e Bem Comum

*Reflexões do Padre Guillaume Jedrejczak
em ocasião do encontro de gestão calabriana
realizado nos dias 8 e 9 de junho de 2017
em San Zeno in Monte (VR)*

**Coletânea "Gestão calabriana"
Para uma Obra de discípulos-irmãos-missionários**

CONGREGAÇÃO POBRES SERVOS DA DIVINA PROVIDÊNCIA

Opúsculo publicado pela Administração Geral
com a colaboração da Delegação San Giovanni Calábria
e o “Centro di Cultura e Spiritualità Calabriana”

Maio 2018

Pobreza e bem comum

A gestão das obras chamadas por Deus a serem Providência para seu povo

Pe. Guillaume Jedrejczak¹

A pobreza de Francisco

Logo ao pronunciarmos a palavra “pobreza”, imediatamente vem à nossa mente uma imagem: aquela do pobre que abandona suas vestes aos pés do bispo de Assis para começar a viver, pedindo esmolas, nos ricos burgos da Úmbria. Desde o século XIII, a pobreza é o outro nome de São Francisco, ela toma o rosto dele, faz ressoar sua voz e traz à mente seus interrogativos e suas escolhas. Na história da espiritualidade, temos um antes e um depois de Francisco. Este santo marcou profundamente o nosso espírito, não somente pelas formas

¹ Esta palestra è o fruto da reflexão proposta pelo autor na ocasião do encontro dos gerentes da Obra Dom Calábria, realizado em San Zeno in Monte (Verona), nos dias 8 e 9 de junho de 2017. O texto não foi revisado pelo autor. Pe. Guillaume Jedrejczak, monge trapista, tem sido abade da Abadia de Mont-des-Cats (França). É autor de numerosas publicações sobre os Evangelhos e sobre a Regra de São Bento. Exerce seu ministério, atualmente, em vários Países, animando retiros espirituais, e ciclos de estudos para religiosos e leigos. Desde 2012 é presidente da “Fondation des Monasteres”, uma importante entidade francesa que visa ajudar na gestão dos bens dos mosteiros beneditinos. A palestra integral do autor está disponível, também em fomato vídeo, no canal youtube da Opera Don Calabria: www.youtube.com/user/doncalabria1.

extremas, que tem dado a Madona pobreza, mas também pelo lugar de destaque que deu a ela na sua espiritualidade. Esta forma de pobreza tornou-se o critério de avaliação para todas as forma de vida, sejam elas religiosas ou leigas.

Esta visão da pobreza, que a Igreja canonizou, foi marcada por um contexto social bem preciso: a época do desenvolvimento de um capitalismo comercial nas cidades italianas, no período da Alta Idade Média. Nessa época de transição, emerge uma classe social abastada, formada por comerciantes, que percorrem as estradas do mundo conhecido de então, para comercializar grandes quantidades de produtos, de uma região para outra. Passa-se, assim, muito rapidamente, de uma sociedade hierárquica, baseada em classes sociais caracterizadas por trabalhos especializados bem definidos, para uma sociedade onde novos atores, os comerciantes, dão uma sacudida na ordem estabelecida. Não trabalham mais a terra como os agricultores, não usam mais as armas, a não ser para divertir-se, como o jovem Francisco. Seguindo somente as fronteiras das mercadorias, sobressaem, progressivamente, acima de outras classes sociais.

Neste contexto totalmente novo, no qual vivemos ainda numa certa maneira, um contexto que preanuncia o capitalismo comercial, que irá invadir o resto do mundo, os pontos antigos de referência desaparecem, as solidariedades tradicionais diminuem, cada qual precisa encontrar novamente seu lugar, e muitos ficam a pé, à beira da estrada.

Nos séculos que precederam o êxodo rural, que deu origem às nossas megalópolis, Francisco, que já havia experimentado a

nova forma de riqueza comercial, teve a intuição de propor esta nova forma de pobreza, contestando através dela a nova ordem mundial.

Esta revolução teve outros efeitos, que se traduziram numa nova visão de poder na sociedade. Passou-se, de fato, de uma percepção da comunidade baseada no poder patriarcal para uma dimensão de fraternidade, onde o poder transforma-se em serviço. Esta segunda revolução foi plenamente abraçada por Francisco e seus irmãos!

Na visão de Francisco e em conformidade com a revolução que acontecia em seu tempo, a relação com as coisas tornava-se crucial. Antes disso, a estrutura da propriedade era essencialmente coletiva; os servos, que expressavam a ligação do indivíduo com a sua terra, não eram percebidos como uma forma de escravidão, mas como uma segurança e um seguro social. O senhor, os bens em comum, o trabalho comunitário representavam um tipo de sociedade que tinha a seu cargo o indivíduo desde o nascimento até a morte, embora com o inconveniente de prendê-lo definitivamente ao lugar, sem a possibilidade de transferir-se para outro lugar. Sem dúvida eram raros os que tinham desejo de livrar-se desses vínculos.

Na época de Francisco, ao invés, tudo muda. Há muitas pessoas que, como messer Bernardone, o pai de Francisco, ficam ricos, livrando-se, desse jeito, dos limites de um mundo até então fortemente fragmentado e dobrado sobre si mesmo. E assim fica evidente que, neste contexto, a relação com as coisas torna-se crucial.

A pobreza das origens

Olhando bem, nas origens do Cristianismo, a pobreza não era referida a uma relação com as coisas, estava mais referida a uma relação com um grupo humano determinado. Nos Evangelhos, por exemplo, a pobreza identifica-se com uma extraordinária liberdade, de parte de Jesus em relação às classes sociais, que, naquela época, eram extremamente rígidas. Jesus sentia-se bem em qualquer ambiente, simplesmente ele era ele mesmo nos banquetes dos poderosos, assim como no meio dos que eram desprovidos de tudo, ou, então à beira de uma estrada de campanha. A pobreza evangélica tomou, então, a forma de partilha. Alguns pães e dois peixes são suficientes para nutrir as multidões, nas quais confundiam-se todos os grupos sociais da época. A pobreza dos Evangelhos é, antes de tudo, aquela que conseguira se livrar dos vínculos de pertencer a um grupo social determinado.

Nos Atos dos Apóstolos, o acento é posto na partilha, a propriedade em comum. Ananias e Safira, pelo contrário, representam o símbolo daqueles que gostariam de se aproveitar da situação, guardando para o futuro 'uma pera para tirar a sede', caso alguma coisa não desse certo. *Tudo era comum a todos, dava-se a cada um de acordo com suas necessidades*, nos contam os Atos dos Apóstolos. A insistência do Apóstolo Tiago sobre o fato que não se deve fazer diferenças entre ricos e pobres, na primeira comunidades cristã, remarca com força a importância desta solidariedade nova, instaurada pelo Evangelho. É tão forte a visão da pobreza, como vontade

de pôr em comum os recursos e tomar a si as necessidades de cada um, que isso marcou profundamente a vida monástica dos primeiros séculos.

Com o apóstolo Paulo, um outro elemento desponta na visão cristã da pobreza: a importância do trabalho como fonte de renda. Paulo não aceita de depender da generosidade dos outros, de se aproveitar do cabedal de simpatia do qual poderia se beneficiar junto às primeiras comunidades. Ele trabalha com suas próprias mãos para sustentar-se em suas necessidades. Isto não lhe impede de estimular os primeiros convertidos a serem generosos para com os membros das outras igrejas, ele porém julga ser importante que ele dê o exemplo, trabalhando. Esta estima do valor do trabalho, numa sociedade, na qual era muito forte a escravidão e a separação das classes sociais, marca profundamente a nossa civilização. O ócio, que até então era a característica das classes sociais mais abastadas, torna-se um vício e um defeito, e não mais um privilégio, como era considerado junto aos romanos. Eis, então, que a Regra de São Bento convida a evitar o vício do ócio!

A pobreza das primeiras comunidades monásticas

O trabalho torna-se a característica dos primeiros monges do Egito, cuja vida cotidiana organiza-se em cima de um ritmo binário: oração e trabalho, *ora et labora*, que a Regra de São Bento retoma e conjuga sob duas formas diferentes. Para os solitários toma a forma de um artesanato simples e independente, que permite fornecer o necessário para o sustento próprio, para dar esmolas e acolher os hóspedes.

Tratando-se de comunidades, toma a forma das grandes empresas agrícolas, onde, pôr em comum os bens e os recursos, permite prover às necessidades de cada um, acolhendo todos os que batem à porta da comunidade.

A descrição da primeira comunidade de Jerusalém, no livro dos Atos dos Apóstolos, torna-se, segundo a interpretação de Cassiano, a razão do nascimento das primeiras comunidades no deserto.

A difusão da vida em comunidade, nos primeiros séculos, com a progressiva adoção da Regra de São Bento, da qual uma das principais fontes é o próprio Cassiano, insere esta intuição espiritual na história do Ocidente. A pobreza é concebida, acima de tudo, como partilha dos recursos necessários à subsistência, e atenção para as necessidades de cada um, afastando a ideia da propriedade individual. Se propriedade existe, ela é comum e ninguém pode prevalecer sobre um outro, desfrutando qualquer forma de privilégio, qualquer que seja sua origem, sua capacidade, sua contribuição material e intelectual, ou sua posição. São Bento funda uma república de iguais, na qual a propriedade dos bens não é critério que possa determinar a identidade de uma pessoa.

De fato, na Regra, o problema não diz respeito exclusivamente aos bens. Na tradição monástica, a pobreza aproxima-se de outros campos: Bento fala disso muito claramente no capítulo 58, quando junta o abandono de toda forma de propriedade pessoal, ao fato de não poder dispor sequer de seu próprio corpo. Este despojamento abrange, assim, não somente as coisas, mas os desejos, a vontade de

domínio, ou ainda, a maneira de se agarrar às próprias ideias. Colocando as coisas e os meios de produção nas mãos da comunidade, Bento coloca-se, com firmeza, na perspectiva da primeira comunidade de Jerusalém, Atos 4,32. Deste modo ele situa-se no sulco de Cassiano e de Agostinho, tomando distância dos primeiros monges do Egito, os quais, ao contrário, reconheciam ainda a propriedade individual.

As sobras econômicas, fruto desse modo de produção, deram vida, muito cedo, à construção de monumentos, à realização de bibliotecas, onde a cultura da época era conservada, o que permitiu sua difusão e sua transmissão. Deste modo a cultura não era mais privilégio das classes abastadas e afortunadas, mas tornava-se acessível a todos, qualquer que fosse a sua origem, sabendo que a comunidade preocupava-se da formação intelectual de seus membros. De certo modo, esta pobreza intelectual deu origem a uma grande riqueza comunitária, sem precedentes, que marcou profundamente a cultura europeia.

A pobreza monástica sempre teve, portanto, uma dúplici dimensão: propondo o despojamento pessoal dos bens materiais para fins espirituais, propôs, ao mesmo tempo, pelo menos teoricamente, um tipo de sociedade de iguais, na qual cada um recebia o necessário e podia desenvolver seus talentos a serviço do conjunto. São características essenciais, estas, estimuladas por São Bento na sua Regra.

Pobreza e liberdade para Bento

Em efeito, para Bento o problema não está nas coisas, que em si mesmas, são boas, mas no coração do homem, movido pelo desejo de possuir. A sua definição da pobreza material, por outro lado, é muito significativa, porque retoma a passagem dos Atos (“dava-se a cada um de acordo com suas necessidades”) para explicar que, no fundo, a pobreza monástica não significa privar-se de quem sabe o quê, antes, ela consiste em contentar-se com o necessário. O problema é deslocado para a definição e a gestão do supérfluo. De fato, na Regra, nós temos, em germe, todos os desafios da nossa sociedade contemporânea. O bem comum e o interesse pessoal não se contrapõem, mas se completam.

Para Bento, o verdadeiro problema, como já dissemos antes, não está nas coisas, que, em si mesmas, não são nem boas, nem ruins. O problema é o que acontece no coração do homem. De fato, a pobreza, para Bento, está ligada à relação que temos com a potência do desejo do nosso coração.

Quando ele distingue, no primeiro capítulo, os verdadeiros monges dos que fingem de sê-lo, Bento põe em evidência um elemento essencial: a relação que eles têm com os desejos de seu coração. Os que agem de cabeça própria, seguem estes desejos e tornam-se escravos deles.

Para Bento, como para toda a tradição monástica antiga, a pobreza não é um valor por si só, mas está a serviço da verdadeira liberdade interior. Para ele, trata-se, antes de tudo, de uma questão de liberdade em relação aos desejos, que nos atravessam e nos corrompem.

Desse jeito, ele dá um orientamento todo particular para a pobreza monástica, que deve ser interpretada como “pobreza de si próprio”. Ou seja, trata-se de descobrir uma identidade nova, radicalmente diferente. Nós não somos os desejos que nos atravessam e que, muito frequentemente, nos jogam para cá e para lá, com movimentos desordenados e contraditórios, como os pensamentos. Para Bento, nós não somos os nossos desejos, contrariamente a quanto pensamos instintivamente. Esses desejos são estranhos à nossa verdadeira identidade, e nos impedem de nos conhecer a nós mesmos, eles nos escondem de nós mesmos.

Toda a sua pedagogia consiste em livrar dessa crusta este ser verdadeiro, que somos chamados a nos tornar. E para alcançar esse objetivo, é preciso evitar que os desejos nos empurrem para derivas perigosas, impedindo-lhes de nos aprisionar dentro de escolhas artificiais, que nos obrigam a gastar energias na busca de coisas inúteis. Bento promove com muita antecedência, uma verdadeira espiritualidade de economia de energias, uma ecologia do ser, na qual cada coisa reencontra simplesmente seu próprio lugar, colocando-se a serviço da nossa verdadeira humanidade.

A pobreza como caminho para a humanização

Bento trabalha, portanto, sobre o desejo, ou, melhor, sobre a multiplicidade de desejos, mais ou menos coerentes, que nos submergem. É necessário, porém, antes de tudo, precisar que ele tinha uma visão extremamente positiva da potência do desejo, assim como todos os Padres. Longe dele a vontade de

querer suprimi-la, ele deseja, antes, canalizá-la e orientá-la. Mas, para conseguir isso, é preciso evitar aquela irresistível dispersão, que o ameaça constantemente.

Numa forma surpreendente, Bento dedica numerosos capítulos de sua Regra àquelas necessidades, que nós chamamos primárias. É preciso nutrir o próprio corpo e o próprio espírito, vestir-se, descansar ... o verdadeiro problema, então, é outro: distinguir entre o necessário e o supérfluo. Bento retorna sobre isso, e numa forma que nos deixa surpresos. De fato, longe da visão um pouco legalista, que às vezes conseguiu dar a vida monástica em suas reformas sucessivas, Bento insiste sobre dois aspectos concretos.

Salienta, antes de tudo, que é preciso levar em conta a diversidade de temperamentos. O que pode ser suficiente para um, pode, talvez, não sê-lo para um outro. É necessário levar em conta aquilo que ele chama de “as enfermidades” de cada um. E é por isso que ele prevê normas muito largas. Porque o problema não consiste no fato que todos comam a mesma coisa, mas que todos se alimentem. Bento modifica, desse jeito, e em forma muito subtil, a maneira de pôr a pergunta. O verdadeiro problema não são as coisas, mas o olhar que a gente põe sobre elas.

O risco maior consiste no fato que eu meço toda a realidade a partir de mim, em função dos meus critérios. O problema, então, é que eu estabeleço a minha necessidade pessoal como norma geral, que deve valer igualmente para os outros, colocando-me no centro do mundo.

Então, o desafio da pobreza é combater este inchaço do eu, que se torna medida para qualquer coisa e que acaba por apequenar o mundo e fazer de uma mosca um elefante, dependendo do ponto de observação.

Na Regra, o ponto crucial é aquele de se abrir para a alteridade do outro, renunciando à pretensão infantil de ser o centro do mundo. Isto vale no campo material, mas também no domínio das ideias. O capítulo 3, sobre a maneira de se fazer uma troca de ideias, é muito significativo a esse respeito. Aprender a expor um parecer sem forçar a opinião do outro, aprender a escutar sem censurar aquilo de que não gostamos, aceitar de caminhar juntos visando uma decisão melhor, sem pretender chegar ao bem perfeito e absoluto: são todas passagens que pressupõem uma boa dose de abnegação e a capacidade de aceitar que a decisão tomada possa não corresponder ao que eu havia pensado. Por outro lado, está claro que não é absolutamente fácil conseguir amadurecer essa abnegação, também nas discussões.

A pobreza como modelo profético de gestão

Para Bento, a pobreza é a forma mais alta da inteligência porque recoloca cada coisa, cada preconceito, cada ideia no seu devido lugar. Através de sua pedagogia da falta, Bento coloca o desejo profundo do homem bem no coração de sua busca. Não especula sobre detalhes, mas evita de cair nas arapucas daquelas formas de rigidez, que, muito frequentemente, são a expressão de um segredo desejo de domínio.

Nesta sociedade de iguais, que é a comunidade monástica, onde cada um ocupa um lugar diferente no corpo, do qual Cristo é a cabeça, todos são indispensáveis, mas todos, também, não são intercambiáveis. Como dizia com muito humor um monge da minha comunidade, o Padre Abade pode ausentar-se por uma semana, nada vai acontecer, mas no caso do cozinheiro, é suficiente ele faltar um dia para provocar uma revolução. Em função dessa sinergia, Bento aponta para o perigo representado por aquele que atribui a si mesmo uma importância maior, graças ao que ele traz para o grupo. Com certeza, não se trata, de forma alguma de querer negar o dom único que cada qual traz para a edificação da comunidade, mas de evitar que esse dom se torne um obstáculo para si mesmo e para os outros.

A pobreza monástica tem o efeito de estimular a distribuição dos dons pessoais, mas isso será útil somente se eles forem empregados no serviço ao corpo comunitário. Um dom, qualquer que ele seja, material, artístico, intelectual, afetivo ou espiritual, não é tal se não for posto a serviço do conjunto, quando,então, enriquece cada coirmão. Olhando para as coisas com esta perspectiva, é fácil entender porque a mesquinhez e o ciúme podem se tornar destruidores de uma comunidade, paralisando o que constitui a sua verdadeira riqueza.

A pobreza monástica não se caracteriza pela rejeição, dos dons, mas, ao contrário, baseia-se neste enriquecimento recíproco a partir dos dons de cada um. A pobreza monástica, em efeito, é desenvolvimento da riqueza comum. Porque o

verdadeiro desenvolvimento pessoal tem sentido somente se for posto a serviço dos irmãos.

Esta forma de pobreza, portanto, é um verdadeiro modelo social e econômico profético, que não se baseia sobre a exclusão do mais fraco ou a seleção do mais forte, mas sobre a partilha e a inclusão dos dons de cada um. É um modelo que tem dado prova de solidez e eficácia ao longo dos séculos. Ele não favorece tão somente o emergir das comunidades que transformam, de maneira harmoniosa, seu ambiente, mas permite a cada um de descobrir e de utilizar o dom único que ele possui, e que é ele próprio, posto a serviço do conjunto do corpo.

Não se trata de uma utopia, porque ela está sendo realizada ao longo dos séculos e deu origem à Europa dos mosteiros. Tem moldado paisagens e inventado modelos agrícolas e industriais. Não tem somente conservado a cultura, mas a tem enriquecida e fecundada.

Enquanto a pobreza franciscana contesta um modelo de sociedade, aquele do capitalismo comercial, que coloca a acumulação individual ao centro de tudo, a pobreza beneditina propõe uma alternativa confiável, ao culto do dinheiro e aos valores do individualismo triunfante. Com seu modelo de sociedade de iguais e suas formas de governo democrático, oferece um exemplo concreto de governo, no qual o homem tem tudo sob controle quando aceita de dominar seus velhos demônios e canalizar a potência de seu desejo. Baseado sobre o consenso recíproco e não sobre a repressão da lei, o modelo monástico volta a encantar o nosso

mundo, doando um lugar de centralidade a cada ser humano, como membro importante de um corpo único, que não encontra seu sentido a não ser na comunhão vivenciada e partilhada dia após dia.



Figura de São Bento.

“São Bento de Nória (480 – 547 d. C.)



Figura de São Francisco de Assis (1181 – 1226 d. C.)

Impresso no mês de maio de 2018
Opúsculo editado pelo
Setor de Comunicação Obra Dom Calábria
comunicazione@doncalabria.org